ARTIGOS

Interseccionalidade e mulheres quilombolas: território e TIC como marcadores sociais para políticas públicas de desenvolvimento local[1]

Interseccionalidad y mujeres quilombolas: territorio y TIC como marcadores sociales para políticas públicas de desarrollo local

Intersectionality and quilombola women: territory and ICT as social markers for public policies for local development

Isadora Moreira Ribeiro[2]
Ivonete da Silva Lopes[2]
Daniela de Ulysséa Leal[2]

Recebido em: 23/02/2025; aceito em: 25/09/2026
DOI: https://doi.org/10.20435/ inter.v27i1.4858

Resumo: Este artigo objetiva compreender a relação entre o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) e marcadores sociais da diferença, em interface com a territorialidade de mulheres quilombolas do estado de Minas Gerais, tendo como marco teórico-metodológico a interseccionalidade. O material empírico compõe-se de 41 formulários digitais respondidos por mulheres de 28 municípios e 34 comunidades quilombolas do estado, e de 17 entrevistas abertas realizadas com parte dessas mulheres. Os resultados mostram que as TIC e o território são, no contexto comunicacional presente, marcadores sociais indissociáveis para o ciclo de políticas públicas de desenvolvimento local e promoção da justiça social que tenham como público beneficiário as mulheres quilombolas, em alinhamento com a Agenda 2030. Pelo caminho desta pesquisa, aponta-se para estratégias de desenvolvimento local nos seguintes eixos: (1) ampliação da conectividade territorial com pontos públicos de acesso e ações de redução do custeio necessário para conexão e sua manutenção; (2) enfrentamento dos hiatos de acesso e uso das TIC, de modo a possibilitar que as mulheres quilombolas consigam articular-se digitalmente para organização coletiva e mudanças da ordem da melhoria da infraestrutura comunitária.

Palavras-chave: desenvolvimento local; gênero; raça; território; TIC.

Abstract: This article aims to understand the relationship between access to information and communication technologies (ICT) and social markers of difference, in interface with the territoriality of quilombola women in Minas Gerais (Brazil), using intersectionality as a theory and method. The empirical material consists of 41 digital forms answered by women from 28 cities and 34 quilombola communities from Minas Gerais, and 17 interviews with some of these women. The results show that ICT and territory are, in the communicational context, social markers for the cycle of public policies for local development and promotion of social justice that have quilombola women as their beneficiary, in consonance with 2030 Agenda for Sustainable Development. This research points to local development strategies in the following axes: (1) expansion of territorial connectivity with public access points and actions to reduce the costs required for connection and maintenance; (2) reduction of gaps in access and use of ICT, in order to enable quilombola women to be able to articulate themselves digitally for collective organization and changes in the order to improve community infrastructure.

Keywords: local development; gender; race; territory; ICT.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender la relación entre el acceso a las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) y los marcadores sociales de diferencia, en interfaz con la territorialidad de las mujeres quilombolas en el estado de Minas Gerais (Brasil), utilizando la interseccionalidad como marco teórico y metodológico. El material empírico está constituido por 41 formularios digitales respondidos por mujeres de 28 municipios y 34 comunidades quilombolas del estado, y 17 entrevistas abiertas realizadas a algunas de estas mujeres. Los resultados muestran que las TIC y el territorio son, en el actual contexto comunicacional, marcadores sociales inseparables del ciclo de políticas públicas de desarrollo local y promoción de la justicia social dirigidas a las mujeres quilombolas, en alineación con la Agenda 2030. A través

[1] Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), chamada nº 40/2022, edital Pró-Humanidades.

[2] Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

The authors are responsible for the proofreading and linguistic editing of this article

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado

de esta investigación, se sugieren estrategias de desarrollo local en los siguientes ejes: (1) ampliación de la conectividad territorial con puntos de acceso públicos y acciones para reducir el costo necesario para la conexión y el mantenimiento; (2) abordar las brechas en el acceso y uso de las TIC, de modo que las mujeres quilombolas puedan organizarse digitalmente para la organización colectiva y cambios con el fin de mejorar la infraestructura comunitaria.

Palabras clave: desarrollo local; género; raza; território; TIC.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos que inter-relacionam gênero e raça, ainda que crescentes, constituem-se como parte de um campo que demanda avanços teóricos e empíricos. Considerando-se o contexto das mulheres quilombolas, ampliam-se os marcadores sociais a serem inseridos nesses estudos, com relevância para o território, que se desdobra em déficits no acesso a recursos tecnológicos, infraestrutura e serviços básicos, como apontado em pesquisas acerca desse grupo social (Souza; Silva; Costa, 2019; Dealdina, 2020; Cardoso, 2023; Pereira; Magalhães, 2023). Por essa direção, investigações interseccionais com enfoque nesse segmento da população brasileira, mapeado pelo censo demográfico como grupo étnico pela primeira vez em 2022 (IBGE, 2023a), são imprescindíveis ao ciclo de elaboração, implementação e análise de políticas públicas direcionadas às suas particularidades.

Conforme dados do censo, o Brasil possui 1 327 802 de quilombolas residentes, o que equivale a 0,65% de sua população, e 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados. As Unidades da Federação com maior número desses territórios delimitados são Pará, Maranhão e Bahia, respectivamente; em termos de população, predominam os estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará, em ordem decrescente, sendo que os dois últimos se encontram numericamente muito próximos (IBGE, 2023a). Desse total, apenas 147 territórios são titulados, o que demonstra o histórico de omissão do Estado em relação aos quilombolas, cujos direitos foram assegurados apenas com a promulgação da Constituição de 1988, cem anos após a abolição oficial da escravatura. Dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), responsável pela certificação dessas comunidades, indicam, contudo, 3699 Comunidades Remanescentes de Quilombos reconhecidas no território brasileiro até outubro de 2023, com 2989 certidões emitidas (FCP, 2024), o que sinaliza, em contraste com os resultados do censo, a morosidade do processo de titulação oficial e consequente acesso a direitos necessariamente dependentes desse trâmite. Além disso, é possível inferir que a estimativa populacional dessas comunidades tende a ser subestimada.

Partindo desse contexto, foi feito um levantamento nas plataformas Scopus, SciELO e Capes entre os meses de janeiro de 2019 e agosto de 2023, identificando-se 72 artigos referentes às mulheres quilombolas, dos quais 62,5% se enquadram na área da Saúde e 37,5%, nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. O panorama geral desses trabalhos confirma a especificidade territorial na construção político-identitária e dos modos de vida quilombola. Além disso, denota a vulnerabilidade dessa população em perspectiva dos determinantes sociais da saúde, os quais apontam para a correlação de fatores de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental (em que se inclui o território) que influenciam diretamente no ciclo de políticas públicas para o desenvolvimento humano e social, como concerne a esta pesquisa. Dessa forma, este artigo tem como objetivo compreender a relação entre o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) e marcadores sociais da diferença, em interface

com a territorialidade de mulheres quilombolas do estado de Minas Gerais, tendo como marco teórico-metodológico a interseccionalidade.

2 INTERSECCIONALIDADE, TERRITÓRIO E TIC NO CONTEXTO DAS MULHERES QUILOMBOLAS

A perspectiva interseccional adquire proeminência enquanto ferramenta teórica e metodológica a partir da década de 1990, tendo como enfoque a intersecção entre marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, idade e outros determinantes que permitem compreender as desigualdades que permeiam a vivência de grupos sociais minoritários (Collins, 2022). Sistematizado inicialmente com o trabalho de Crenshaw (2002), o construto tem seu direcionamento inicial voltado para a discriminação racial vivenciada por mulheres negras, tendo em vista a lacuna equiparativa em relação aos estudos de gênero voltados para as mulheres brancas. Nesse sentido, o termo nasce no campo jurídico, a fim de contemplar as exclusões e opressões desse segmento de mulheres com especificidades invisibilizadas dentro das discussões pautadas pelo feminismo branco.

De acordo com os apontamentos de Crenshaw (2002) naquele momento, seriam necessárias ferramentas de análise que se atentassem para o contexto das categorias de raça e etnia em diferentes localidades, observando os discursos metafóricos que buscam forjar uma igualdade racial inexistente na prática. Dessa forma, como enfatiza Akotirene (2019), a interseccionalidade se caracteriza como um conceito necessariamente político, uma vez que busca deslocar o olhar sobre os marcadores sociais da diferença do eixo discursivo das múltiplas identidades para a dimensão politicamente excludente que se projeta a partir do entrecruzamento de estruturas de poder.

No cenário brasileiro, que se constitui como lócus de visualização das mulheres quilombolas, o "mito da democracia racial" exemplifica, ao apregoar a harmonia e igualdade entre brancos, indígenas e negros, a falácia da diversidade identitária como discurso de apagamento político das minorias dizimadas e escravizadas pelo colonialismo europeu iniciado no século XVI. Como apontado por González (2020), a situação de trabalho da população negra foi historicamente marcada por empregos de menor qualificação e remuneração, o que se materializa nas funções atribuídas às mulheres, em posições sociais permeadas pelo racismo e pelo sexismo (mulata, mãe preta, doméstica), evidenciados pela autora na segunda metade do século XX e reincidentes até hoje.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres pretas ou pardas correspondem ao estrato social de maior expressividade em ocupações informais e os trabalhadores pretos ou pardos, de forma geral, predominam nos setores de rendimento médio menor: agropecuária (62%), construção civil (65,1%) e serviços domésticos (66,4%) (IBGE, 2023b). Em perspectiva cumulativa, assinala-se que esses setores, cujos dados referentes foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, "apresentam rendimentos inferiores à média em todos os anos da série" (IBGE, 2023b, p. 24), o que endossa a exclusão de renda da população negra em perspectiva histórica e estrutural.

Se considerados os "construtos centrais da interseccionalidade" (Collins, 2022), que são a relacionalidade, o poder, a desigualdade social, o contexto social, a complexidade e a justiça social, pode-se afirmar que as mulheres quilombolas se encontram na encruzilhada entre

relações de poder estruturalmente excludentes e desigualdades sociais que as vulnerabilizam. Como ressaltado por Nascimento (2021), mais do que símbolo de resistência, o quilombo é um instrumento político-identitário de legitimação, no presente, da busca por direitos sonegados à população descendente dos negros escravizados em território brasileiro. Cabe salientar que a estigmatização e a vulnerabilidade da população quilombola estão imbricadas ao racismo estrutural e aos interesses econômicos sobre os recursos dos territórios que habitam (Gomes, 2015; Dealdina, 2020), colocando esses povos, com enfoque nas mulheres, no âmago dos construtos elencados pelo aporte da interseccionalidade. Trata-se, portanto, de filtrar a realidade dessas mulheres em termos das relações de poder que as tornam desiguais ao correlacionar marcadores de gênero, raça, território, idade, classe social, acesso a recursos infraestruturais mínimos e outras categoriais contextuais.

Nesse sentido, retomando o objetivo deste artigo e as pesquisas recentes sobre mulheres quilombolas, assume-se que o território e o acesso, uso e apropriação das TIC se enquadram na categoria de marcadores sociais a serem operacionalizados em análises interseccionais, as quais, conforme Akotirene (2019), combinem marcadores que apontem para mais de um eixo de opressão e seus efeitos identitários. Partindo desse enfoque destacado pela autora, assinala-se que a construção identitária quilombola é indissociável da dimensão territorial. Isso faz de sua análise um eixo de opressão evidente, tal como demonstrado em estudos com mulheres quilombolas de distintas comunidades brasileiras, que apresentam em comum a constatação de que os laços de solidariedade, a relação com a terra e a afetividade estão imbricadas na sociabilidade cotidiana dessas mulheres e se consubstanciam, também, em estratégias de resistência e luta por seus territórios (Souza; Silva; Costa, 2019; Soares, 2021; Cardoso, 2023; Pereira; Magalhães, 2023).

O conceito de território, conforme revisão de Silva (2015), apresenta-se descrito em abordagens de ordem natural, econômica, política e cultural, conformando-se em uma dimensão material-simbólica e suas interconexões. Entender o território como necessariamente sujeito a determinadas relações de poder é fundamental quando se trata de pensar na realidade das minorias sociais, entre as quais se inclui a população quilombola, como assinalado pelo autor. As relações de poder que se estabelecem no entorno desse grupo social dizem respeito não somente às ações do Estado para com as políticas de titulação, mas também aos interesses privados, tendo em vista que muitas comunidades se encontram em regiões de recursos naturais estratégicos. Dessa forma, como pontua Dealdina (2020), a luta territorial quilombola é marcada pela violência e como manifestação do racismo institucional e ambiental. A autora completa que a própria identificação do quilombo é dependente da ancestralidade geracional sobre o território físico, seu uso coletivo e a identidade que a partir daí se constrói.

Retomando as concepções assinaladas por Silva (2015), é pertinente a este estudo a abordagem de Raffestin (1993), que define o território como uma construção a partir de um espaço habitado, atentando-se para as redes que se estabelecem entre os sujeitos que o ocupam e as estruturas de poder subjacentes. A territorialidade, por sua vez, "[...] reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial" (Raffestin, 1993, p. 158). No âmbito da coletividade quilombola, as asserções do autor podem ser adaptadas para a reflexão quanto à centralidade e à marginalidade que se configuram a partir de um território. Para Raffestin (1993), centro e periferia não são noções estáticas, mas dizem de uma dinâmica em que organizações e grupos se encontram em situação de centralidade ou de marginalidade a depender dos elos de poder estabelecidos. Isso, se aplicado à população quilombola, permite visualizar que sua situação

periférica se demarca partir do momento em que seus territórios são analisados do ponto de vista do centro de poder, que é o espaço urbano, sede das instituições econômicas e políticas que historicamente relegaram à população negra um papel invisibilizado na conjuntura das políticas públicas brasileiras, como demonstrado por Gomes (2015) e Nascimento (2021).

Por esse direcionamento, é importante pensar no papel da territorialidade no acesso a direitos e no tocante à construção de uma identidade que assegure esses direitos no cenário político, o que retoma um dos tópicos realçados por Akotirene (2019) nas análises interseccionais: os efeitos identitários dos eixos de opressão. Como apontado no estudo de Ferreira, Eiterer e Miranda (2020), a expressão "mulher quilombola" adquire conotações contextuais, uma vez que se trata de um termo institucionalizado, em diálogo direto com o que Hall (2014) salienta ao abordar a identidade como dispositivo de diferenciação necessário em espaços de disputa. De acordo com as autoras, se, por um lado, assumir-se como "mulher quilombola" na vida pública é sinônimo de força e resistência, por outro, referente à vida privada, é também retomar memórias de opressão e do lugar social da mulher negra. Entre o estigma e a luta há de se pensar, ainda, no fato de que tal identidade não é homogênea, uma vez que a correlação interseccional de gênero, raça, classe e idade, quando acrescida do marcador territorial, é variável conforme as múltiplas territorialidades que emergem das comunidades quilombolas.

Dos pontos de confluência entre as comunidades quilombolas rurais, essas territorialidades se evidenciam no "[...] uso coletivo de terras, as práticas de cuidado com a saúde e religiosidade, o uso compartilhado de lugares comuns, as formas de transmissão de saberes e conhecimentos" (Soares, 2020, p. 288). Essa lógica de ordenamento, distinta da ditada pelos centros de poder, é inevitavelmente impactada ao se considerar que é a partir desses centros que são planejadas e implementadas políticas públicas, historicamente tipificadas em um modelo vertical que parte das instituições para o público beneficiário. Na contramão da organização estatal, a coletânea "Mulheres quilombolas: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas" (Soares, 2020), organizada pela Associação Paulista de Extensão Rural (APAER), com o apoio de coletivos quilombolas e da SOF Sempreviva Organização Feminista, destaca que as mulheres são protagonistas nas dinâmicas dos territórios quilombolas, de modo que as políticas públicas devem ser organizadas a partir de seus cotidianos e de suas territorialidades coletivas.

Interceptadas por uma territorialidade característica da própria conformação histórico-geográfica do quilombo como espaço de localização não acessível, essas mulheres se encontram em sua maioria distantes dos grandes centros urbanos, o que intensifica sua exclusão política, se pensada em termos dos espaços deliberativos convencionais. Portanto, retomando a dicotomia centro/periferia e o conceito de territorialidade em perspectiva dessa correlação (Raffestin, 1993), depreende-se que se trata de uma abordagem estreitamente ancorada em interações sociais de natureza comunicativa. Isso aponta para a necessidade de um olhar acurado também para os processos comunicacionais e seus dispositivos de mediação quando da análise de um grupo social específico.

Ao pontuarem que o território e a territorialidade da mulher negra se situam nas esferas do corpo, da casa e da cidade, Manzi e Coroa dos Anjos (2021) atentam para o potencial das tecnologias de comunicação e das plataformas digitais na territorialização das opressões vivenciadas pelas mulheres negras, bem como as possibilidades de transformação que daí emergem. Logo, o acesso e uso das TIC pode potencializar a inserção desse segmento social nos espaços de deliberação e reivindicação de direitos, auxiliando na organização social. Contudo, esse

acesso também é condicionado pelo território, como mapeado em estudos recentes envolvendo o uso e apropriação das TIC por mulheres quilombolas (Cardoso, 2023).

Em perspectiva de gênero, consideram-se ainda as desigualdades digitais no contexto das mulheres latino-americanas e caribenhas, verificando-se o hiato digital de gênero e entre territórios urbanos e rurais, o qual sinaliza causas e também é consequência de desigualdades, conforme relatório do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (Rotondi *et al.*, 2020). No Brasil, conforme pesquisa TIC Domicílios para o ano de 2023 (CGI.br, 2023), 84% dos domicílios possuem acesso à internet; no entanto, esse percentual é de 67% para as classes DE, que correspondem ao estrato social como renda inferior a 3,2 mil reais. Essa classe também é a que mais compartilha internet com os vizinhos e a dominante quando se trata de não usuários de internet. Do ponto de vista racial, pretos e pardos correspondem a quase o dobro de brancos que não são usuários de internet. Quando da comparação com o urbano, os rurais também são os que mais utilizam internet compartilhada e ainda estão abaixo da média total de usuários de internet no país.

Nesse cenário de diferentes categorias de exclusão social de ordem infotecnológica, em que se incluem as mulheres quilombolas, a comunicação é indicador, recurso e estratégia de desenvolvimento, em interlocução com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente no que tange à igualdade de gênero (ODS 5) e redução das desigualdades (ODS 10). Com base no pressuposto de que a esfera das TIC é entremeada por relações de poder que potencializam desigualdades já evidentes socialmente, busca-se avaliá-la, em consonância com o território, como marcador social necessário em análises interseccionais que visem a promoção da justiça social via políticas públicas com impacto direto para as populações mais vulnerabilizadas. No contexto de uma comunicação pensada para o desenvolvimento local, as TIC incidem na articulação de atores sociais, ações de mobilização sobre territórios e novas formas de governança (Girardi; Camana; Loose, 2023).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

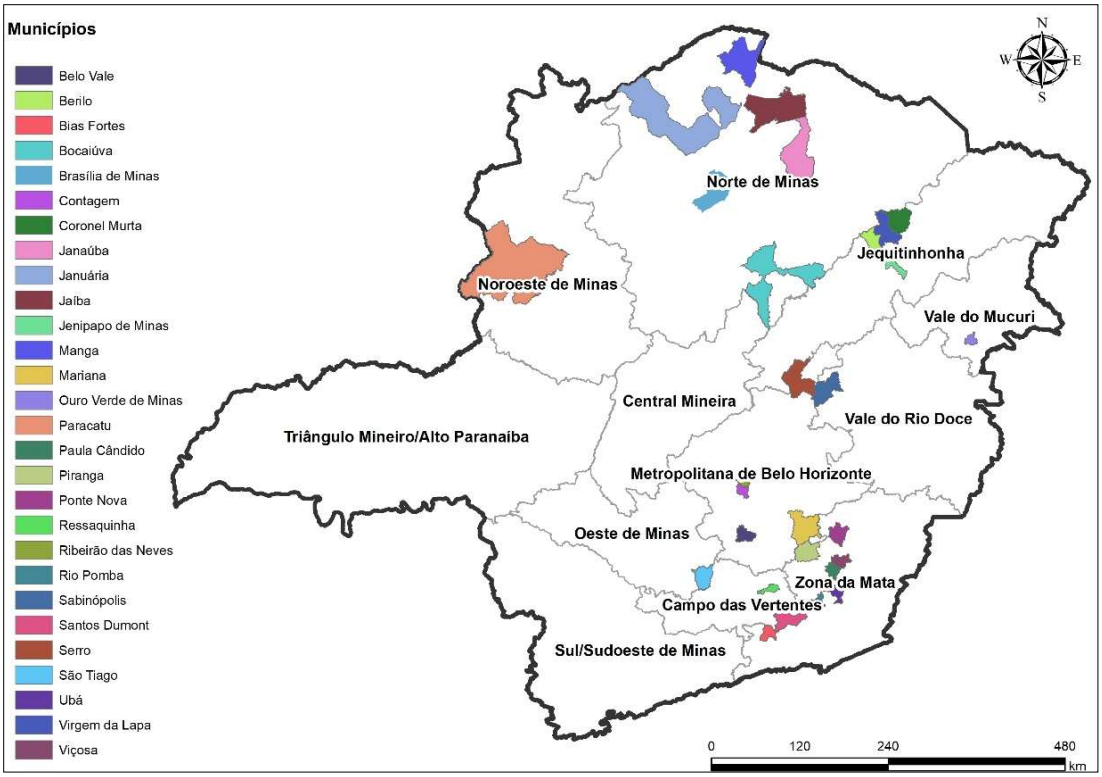
Este artigo se insere no escopo de um projeto de pesquisa cujo objetivo é compreender as dificuldades de acesso às TIC, apropriação das tecnologias e estratégias de conexão com seus territórios desenvolvidas por mulheres negras de comunidades quilombolas de Minas Gerais e de favelas do Rio de Janeiro. Nesta etapa, situada no estado de Minas Gerais, foram contactadas 41 mulheres[3] quilombolas de distintas regiões do estado, residentes em 28 municípios e 34 comunidades (Figura 1), que voluntariamente se dispuseram a participar da primeira fase deste estudo, que consistiu em um formulário digital com quatro eixos temáticos: (1) identificação da participante; (2) identificação da comunidade; (3) uso e acesso às tecnologias de informação e comunicação; (4) marcadores sociais da diferença. Dessas 41 mulheres, 17 participaram da segunda fase, caracterizada por entrevistas abertas estruturadas em outros três eixos: (1) formação e desenvolvimento como liderança; (2) conexão, território e marcadores sociais da diferença; (3) mídias sociais digitais.

O contato inicial com as participantes foi mediado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), organização não governamental mineira destinada à documentação e diálogo com povos, comunidades e movimentos sociais, e por uma das lideranças entrevistadas. Cabe

[3] A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética, com parecer consubstanciado.

salientar que, nesse percurso, os pesquisadores se depararam com realidades distintas e desafios que, de antemão, forneceram indícios que corroboravam com a hipótese de que as condições territoriais e o acesso às TIC são marcadores sociais necessários a análises interseccionais com foco nas mulheres quilombolas. Dificuldades de cobertura (Wi-Fi, dados móveis); distância da comunidade em relação ao centro e internamente, entre as moradias; ausência de transporte público; estradas sem pavimentação e/ou manutenção foram recorrentes na pesquisa de campo. No entanto, mesmo diante dessas e outras dificuldades, como a disponibilidade de tempo diante do acúmulo de tarefas e a rotina sobrecarregada, essas mulheres mantiveram-se receptivas e dispostas a colaborar com esta investigação, o que aponta para o papel substancial dessas lideranças, como antecipado na literatura.

Figura 1 – Lócus da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Para atender ao objetivo de compreender as TIC e o território como marcadores sociais da diferença, tendo como marco teórico-metodológico a interseccionalidade, a análise dos dados subdivide-se em dois momentos: (1) apresentação do perfil socioeconômico das 41 participantes da primeira etapa, para o qual utiliza-se a descrição das variáveis categóricas elencadas no formulário digital; (2) aprofundamento das questões abertas sobre território e TIC presentes nas respostas das 17 participantes da segunda etapa. Com base nesses dados, em diálogo com os marcos teóricos da interseccionalidade e os estudos precedentes sobre mulheres quilombolas, a análise tem por finalidade elencar direcionamentos que auxiliem na proposição de políticas públicas para esses grupos.

De natureza qualitativa, a abordagem leva em consideração os elementos sintetizados por Collins (2022) em sua revisão de estudos interseccionais. Reforça-se que a elaboração

dos questionários e do roteiro de entrevistas já foi pensada em consonância com a análise interseccional. Nesse sentido, como identificado pela autora, esses estudos subdividem-se em três dimensões, por ela denominadas "arquitetura cognitiva da interseccionalidade": (1) metáfora, (2) heurística e (3) paradigma. Enquanto metáfora, a interseccionalidade diz respeito à correlação entre as estruturas sociais e o imaginário social que as reproduzem; em perspectiva heurística, trata-se de pensar na interseccionalidade como técnica a ser aplicada para identificação e proposta de solução para problemas sociais; na visão paradigmática, por sua vez, destaca-se a mudança de paradigma decorrente da proposição de um modelo analítico de intersecção estrutural entre relações de poder e desigualdades sociais. Com base nisso, este artigo localiza-se na dimensão heurística, dada sua interface com os problemas sociais da ordem de políticas públicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil socioeconômico

Entre as 41 participantes da primeira etapa deste estudo, encontram-se mulheres quilombolas de 18 a 73 anos de idade, das quais 78% estão na faixa etária mais ampla de 18 a 49 anos, sendo o estrato de 30 a 39 anos o mais incidente, correspondendo a 41,46% do total. Essa amplitude, além de destacar o marcador etário, permite visualizar a continuidade nos processos de liderança feminina nas comunidades quilombolas. Em sua maioria casadas (43,90%) ou solteiras (34,15%), 75,60% das interlocutoras são mães e, dessas, 64,51% possuem um ou dois filhos. Comparando-se os dados de maternidade e faixa etária dessas mulheres, verifica-se a que a proporção maior de filhos se correlaciona aos maiores estratos de idade: as oito mulheres com quatro filhos ou mais encontram-se entre 38 e 63 anos.

Considerando-se que, das 14 participantes que declararam participar de programas de transferência de renda do governo federal, 13 recebem o Bolsa Família[4], o que representa cerca de 42% das mães, depreende-se que uma parcela representativa dessas mulheres possui filhos em idade escolar, o que impacta diretamente em suas rotinas de trabalho e liderança em seus territórios. Como examinado no estudo de Alves Filho *et al.* (2020) com comunidades quilombolas rurais, o benefício, de gestão predominantemente feminina, tem impacto direto na renda familiar, na diminuição da sobrecarga de trabalho e na ampliação da autonomia dessas mulheres.

Na amostra, a renda individual mensal de 65,85% das mulheres é de um salário mínimo ou menos; quando da renda familiar, 43,9% vivem com até um salário mínimo por mês e 48,78%, com média entre um e três salários mínimos (Tabela 1). Se considerado que 73,17% das entrevistadas residem com outros familiares, com média predominante de dois a quatro moradores por habitação, evidencia-se a vulnerabilidade econômica e a importância de políticas públicas de transferência e geração de renda direcionadas a esse público beneficiário, o que impacta diretamente no desenvolvimento de seus territórios.

[4] Programa social de transferência de renda direcionado a famílias com crianças e adolescentes em idade escolar.

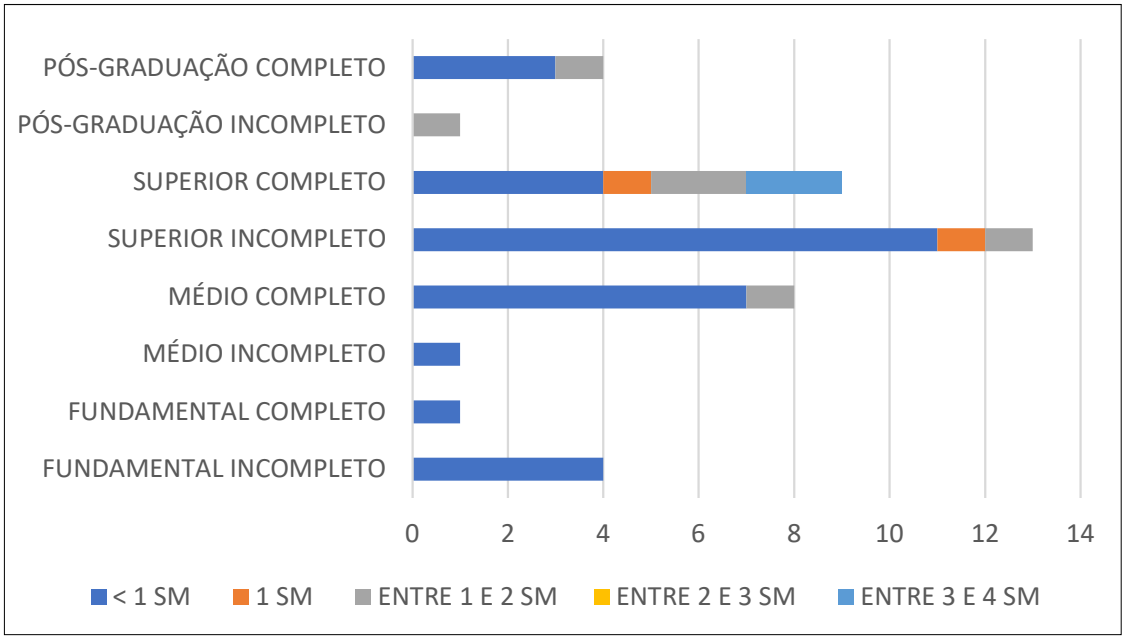
Tabela 1 – Idade, número de filhos e renda familiar das participantes

FAIXA ETÁRIA			FILHOS			RENDA FAMILIAR MENSAL		
REF	NE*	%	REF	NE	%	REF	NE	%
18-29	9	21,95%	0	10	24,39%	<1 SM**	5	12,20%
30-39	17	41,46%	1	10	24,39%	1 SM	13	31,71%
40-49	6	14,63%	2	10	24,39%	ENTRE 1 E 2 SM	9	21,95%
50-59	5	12,20%	3	3	7,32%	ENTRE 2 E 3 SM	11	26,83%
60-69	3	7,32%	4	5	12,20%	ENTRE 3 E 4 SM	3	7,32%
70-79	1	2,44%	>4	3	7,32%	>4 SM	0	0,00%

*NE = número de entrevistadas. **SM = salário mínimo em 2023 (R$ 1320,00).
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Quanto à escolaridade, 19,51% das entrevistadas possuem ensino médio completo e 53,66%, ensino superior (completo ou incompleto). Nessa última categoria, com mulheres de 18 a 53 anos, observa-se uma concentração maior nos estratos de 18 a 39 anos, o que permite notar o acesso das gerações mais jovens ao Ensino Superior quando comparadas às demais, provável decorrência de políticas públicas educacionais instituídas a partir da década de 2010. Quando analisado do ponto de vista da renda *per capita* familiar, contudo, o acesso ao ensino superior não se reflete necessariamente no aumento desse valor, uma vez que 53,66% das interlocutoras, que estão entre o ensino médio completo e o superior (completo ou incompleto), têm renda *per capita* familiar inferior a um salário mínimo (Figura 2).

Figura 2 – Renda *per capita* familiar por escolaridade



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Categorizando-se as profissões/ocupações declaradas pelas participantes, nota-se, para além da coexistência de mais de uma ocupação, o predomínio das funções de professora/

pedagoga (26,83%), estudante (24,39%), agricultora (17,07%) e dona de casa/"do lar" (9,76%). Esse panorama permite visualizar o papel da educação na formação e pós-formação dessas lideranças, bem como a relação da agricultura familiar nesses territórios[5], o que salienta o papel de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural em diálogo com as especificidades de gênero, raça e relação simbólico-material que se estabelece entre as populações locais e seus territórios (Barizão *et al.*, 2020). Se retomados os indicadores sociais que demonstram o predomínio de pretos e pardos nos setores de menor rendimento – agropecuária, construção civil e serviços domésticos – (IBGE, 2023), os dados desta pesquisa os ratificam, sendo visível um recorte de gênero para o setor de construção civil.

A articulação política dessas mulheres sobre seus territórios pode ser mensurada em termos de sua atuação em espaços coletivos: 87,80% fazem parte de associação; 41,46%, de grupo de mulheres; 39,02%, de conselho municipal; e também 39,02%, de grupo religioso. Essas formas de organização são representativas no que concerne à construção da territorialidade e identidade dessas mulheres como lideranças, uma vez que permitem visualizar, para além das instâncias políticas convencionais, o papel do gênero e da religiosidade na inserção das lideranças nos espaços públicos, o que se conjuga a pesquisas com outras comunidades quilombolas (Souza; Silva; Costa, 2019; Ferreira; Eiterer; Miranda, 2020; Soares, 2021; Pereira; Magalhães, 2023). Nessa articulação, as TIC ocupam um papel fundamental, tendo em vista que muitas das discussões e deliberações comunitárias se processam em grupos virtuais, como visualizado na pesquisa de campo e em estudos precedentes (Cardoso, 2023), o que se associa diretamente à configuração dos territórios.

Nesse sentido, destaca-se que apenas uma participante afirmou não possuir *WhatsApp*, rede social utilizada por 92,50% das mulheres que possuem uma conta para fins de comunicação com familiares e amigos. Se considerada a distância entre as comunidades e os centros urbanos, potencialize-se a funcionalidade das TIC nas interações comunicativas internas e externas. Em ordem decrescente, essas distâncias classificam-se da seguinte forma: 34,15% estão entre 10 e 20 quilômetros de distância do centro; 29,27%, entre 2 e 10 quilômetros; e 24,39%, entre 20 e 30 quilômetros. Unindo esses dados ao conjunto dos relatos das lideranças entrevistadas na segunda etapa, o uso do *WhatsApp* foi unânime na articulação comunitária e com outras lideranças de variados territórios. Cabe frisar que a mensuração do total de habitantes das comunidades contactadas carece de parâmetros mais acurados para a proposição de políticas públicas efetivas. Algumas participantes definem no nível aproximado de indivíduos e outras, em estimativas do número de famílias: 85,36% definiram em termos de moradores, com estimativa média entre os estratos de 30 a 200 (26,83%) e 200 a 400 moradores (21,95%); outras 14,64%, por sua vez, indicaram em termos de famílias, com valor mais aparente de 60 a 80 núcleos familiares (7,32%).

Esses dados reforçam a pertinência de coleta censitária específica para a população quilombola, como realizado primeiramente em 2022, uma vez que a ausência de indicadores acumulados impacta no planejamento de ações que incidam sobre as vulnerabilidades socioeconômicas, o que corrobora com as lacunas evidenciadas pelos estudos no campo da Saúde, conforme revisão descrita na introdução deste artigo. Nesse sentido, pontua-se que, durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que os agentes e postos públicos de saúde

[5] Ainda que cinco das participantes residam em quilombos urbanos, ressalta-se que esses territórios se localizam em regiões periféricas dos municípios visitados, nas quais atividades relacionadas a cultivos de hortas e em quintais foram averiguadas.

são importantes fontes de dados comunitários e também de conexão entre os moradores, sendo duas das entrevistadas, inclusive, agentes comunitárias de saúde. No entanto, uma mirada interseccional que considere as particularidades das mulheres quilombolas e de suas comunidades ainda é um desafio do ponto de vista da correlação de variáveis de indicadores sociais coletados.

Retornando ao objetivo proposto, ao se levar em conta a renda média das famílias (Tabela 1), o preço médio do Wi-Fi, principal forma de conexão nos territórios analisados, representa um entrave: para 78% das participantes, o valor médio de contratação mensal é de R$ 130,00, valor que, em termos do salário mínimo, é representativo, já que 80,48% das famílias têm renda média *per capita* inferior ou equivalente ao salário. Sendo, portanto, necessária à comunicação inter e intraterritorial, bem como à obtenção de informações e outras funcionalidades concentradas nos centros urbanos, a internet e seu acesso se revelam como indicadores que apontam para os hiatos digitais de gênero e de território no contexto investigado (Rotondi *et al.*, 2020), como complementa a Tabela 2:

Tabela 2 – Internet: acesso e condicionantes

ACESSO	NE	%	LIMITAÇÕES	Nº	%	RELAÇÃO COMUNIDADE/CENTRO	Nº	%
RUIM	14	34,15%	PREÇO ELEVADO	15	36,59%	PREÇO + ELEVADO NA COMUNIDADE	13	31,71%
RAZOÁVEL	18	43,90%	OSCILAÇÃO DO SINAL	15	36,59%	QUALIDADE INFERIOR NA COMUNIDADE	19	46,34%
BOM	9	21,95%	POUCAS EMPRESAS	18	43,90%	POUCAS OPÇÕES DE SERVIÇO	13	31,71%
EXCELENTE	0	0,00%	OUTRO	7	17,07%	OUTRO	7	17,07%

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A comparação dos dados apresentados na Tabela 2 permite correlacionar território e TIC como marcadores sociais de exclusão dessas lideranças e, consequentemente, de suas comunidades. A materialização da diferença comunidade/centro (Raffestin, 1993) atesta que, para além das desigualdades de raça, gênero e classe, somam-se as assimetrias territoriais e tecnológicas, as quais decorrem e são decorrentes de condicionantes socioeconômicas inscritas numa estrutura de poder que marginaliza o grupo analisado em distintos eixos. Do conjunto dos dados infere-se, portanto, que a proposta interseccional e seus construtos validam a hipótese de que TIC e território são, no contexto comunicacional presente, marcadores sociais indissociáveis para o ciclo de políticas públicas de desenvolvimento local e promoção da justiça social que tenham como público beneficiário as mulheres quilombolas, em alinhamento com a Agenda 2030.

4.2 Território, territorialidade e TIC

As mulheres que participaram desta pesquisa, para além da descrição do perfil socioeconômico, são lideranças que se desafiam a conciliar reuniões, tarefas domésticas e atividades profissionais. No contexto de hiatos digitais de território aqui enfocados, verifica-se que os marcadores sociais reverberam problemas infraestruturais que se coadunam em um cenário histórico de exclusão política e marginalização da população quilombola no Brasil (Gomes, 2015; Nascimento, 2021). Para o aprofundamento dos marcadores que são objetos desta análise,

consideram-se as entrevistas abertas realizadas com 17 participantes. Na apresentação dessas interlocutoras, de critério numérico, utiliza-se também o marcador etário, tendo em vista que gênero e raça não são variáveis.

Analisando-se as semelhanças entre os relatos dessas participantes, que se distribuem entre todos os estratos da classificação etária apresentada no perfil socioeconômico, nota-se que a posição dos territórios em relação ao que se referencia como centro é condicionante do acesso à internet, confirmando-se o hiato digital que se sustenta em termos de cobertura de sinal; custo de instalação e manutenção; qualidade do sinal e opções de serviços. Esse hiato territorial não de dissocia de outros déficits, como saneamento básico, energia elétrica, mobilidade e transporte, os quais se apresentam em abordagem qualitativa, em perspectiva das participantes, tendo em vista que não foram mensurados em relação ao total geral da amostra de questionários. Essa realidade compartilhada por 17 mulheres e suas comunidades pode ser sintetizada na declaração da Entrevistada 9 (34 anos):

> *Não tem uma internet. Então as pessoas ficam bem isoladas, sabe? Nós somos comunidade quilombolas e é característico de comunidade quilombola estar em lugares estratégicos, que era o que os nossos antepassados usavam pra se proteger. Por exemplo, aqui, são quatro vilarejos, mas é um dentro de cada vale. E isso dificulta, porque pro município ele vai ter que colocar quatro torres, por exemplo. E não, ele não quer colocar quatro torres. E se colocar uma, não vai atender todas. E aí não colocou nenhuma*.

O excerto evidencia, ainda, a territorialidade específica dessas comunidades em termos de sua conformação, como discutido na literatura (Nascimento, 2021). Nesse sentido, ao eixo de opressão gênero-raça soma-se a correlação classe-território, tendo em vista que o acesso à internet ainda é para quem pode pagar, como esclarece a Entrevistada 28 (27 anos): "*Quem tem condições de pagar uma internet via satélite, tem internet. Quem não tem condições, né?*" Se comparada à pesquisa TIC Domicílios 2023, a amostragem confirma os marcadores de classe social e raça quando da análise do perfil dos não usuários de internet no país. Outro ponto a ser considerado é a migração e progressiva dependência do acesso à internet para determinados serviços, como transações bancárias e recebimento de benefícios sociais, o que se acentuou com a pandemia de Covid-19. Ainda que as classes D/E sejam as que menos utilizam a internet para transações financeiras, esse número cresceu 61,76% entre 2021 e 2023 (TIC [...], 2023), o que demonstra concomitantemente a exclusão econômica e a necessidade de políticas que reduzam o hiato digital demarcado pela classe, como compete a esta amostra.

Levando-se em conta que os principais serviços públicos realizados pela internet no ano de 2023 foram relacionados a direitos trabalhistas e previdência, saúde pública, documentos pessoais, impostos, educação pública, transporte público e segurança (CGI.br, 2023), é possível nivelá-los em termos das vulnerabilidades de infraestrutura elencadas pelas interlocutoras, dada sua correspondência. Nesse sentido, sendo a titulação dos territórios quilombolas uma pauta imediata e de garantia de seguridade social, vê-se que o hiato digital também interfere nesse processo, como manifestado pela Entrevistada 38 (66 anos), liderança articulada regional e nacionalmente:

> *Geralmente todos os quilombos são pessoas de baixa renda. Têm uns que não têm nem o que comer, ainda continuam sendo escravizados. Como que eles vão pagar a documentação? Têm uns que não têm nem internet onde eles moram. Eles não têm como ter contato com as outras pessoas, nem ter internet, não têm nada de jeito para eles saberem realmente o*

> *que eles vão fazer. E, quando uns conseguem chegar lá no seu objetivo, cadê o dinheiro para pagar? Porque não tem um papel que você tira que você não paga. Então, eles vão tirar da boca deles para comer para arrumar papel?*

O distanciamento físico e digital dos espaços públicos de deliberação e exercício da cidadania no âmbito das comunidades quilombolas é, portanto, um entrave com reverberações diretas no ciclo de políticas públicas de naturezas diversas, ao qual se soma a deslegitimação vivenciada por essas lideranças quando da ocupação desses espaços, como assinalado pela Entrevistada 14 (33 anos): "[...] *a gente vê não só aqui, enquanto liderança da comunidade, mas outras lideranças mulheres também, que a gente vê falando que é isso, chega nos órgãos públicos para reivindicar seus direitos e as pessoas sempre querem deslegitimar*". Em falas semelhantes a essa, predomina entre as participantes o consenso de que o racismo institucional e suas variáveis endossam essa deslegitimação política, o que leva à retomada das constatações de Ferreira, Eiterer e Miranda (2020) acerca da dualidade da expressão "mulher quilombola", necessária à reivindicação política e, ao mesmo tempo, estigmatizada.

Nesse ponto, recupera-se a pertinência da interseccionalidade como ferramenta metodológica para a visualização de marcadores sociais de exclusão que apontam para eixos de opressão com efeitos identitários, conforme Akotirene (2019). No jogo identitário tratado por Hall (2014) como identificação decorrente de uma diferenciação necessária em contextos específicos, verifica-se que as mulheres quilombolas, em sua articulação nos espaços públicos e privados, transitam principalmente entre posições de liderança, maternidade e ocupações profissionais e domésticas. Nesse trânsito, permeado por relações de poder, marcadores sociais combinam-se para situá-las em contextos de desigualdade, aqui analisadas sob ponto de vista do território e das TIC, que impactam diretamente em sua articulação e atuação como lideranças, além de contribuir para a periferização de suas comunidades em relação ao centro urbano. Por conseguinte, assinala-se que a análise interseccional, a qual necessariamente mira a justiça social, é um dispositivo efetivo para o ciclo de políticas públicas de desenvolvimento local que busque a redução de hiatos digitais em seus diferentes níveis: entre os que estão e não estão conectados (primeiro nível) e entre as disparidades de conhecimento dos grupos conectados (segundo nível), em consonância com Rotondi *et al.* (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação, baseada na descrição de variáveis categóricas e entrevistas com mulheres de 28 municípios e 34 comunidades quilombolas de Minas Gerais, buscou destacar como o território e as TIC são marcadores sociais que potencializam as exclusões de gênero, raça e classe social em perspectiva interseccional de análise. Desenvolvido com mulheres que também são lideranças nessas comunidades, o estudo permitiu inferir que a desigualdade centro/periferia culmina em hiatos digitais que reproduzem a estrutura histórica de exclusão da população quilombola no cenário de políticas públicas, com destaque para a titulação dos territórios.

As pesquisas direcionadas aos marcadores de gênero e raça em correlação com as TIC são necessárias a uma agenda política contemporânea voltada à redução das desigualdades sociais. Empiricamente, as mulheres quilombolas se encontram no âmago dessa pauta de pesquisa, tendo em vista as diferentes condições que as vulnerabilizam e, por consequência, marginalizam, como demonstrado na amostragem de questionários. É preciso pensar, portanto, em pesquisas

que propiciem intervenções que busquem a promoção da justiça social para essas mulheres, o que se manifesta de maneira indissociável do território e da territorialidade, sendo válido falar na incompletude de análises interseccionais que não levem em conta essa particularidade.

De maneira propositiva, endossa-se a abertura para pesquisas que correlacionem dados censitários a uma amostragem mais ampla, permitindo a geração de estatísticas com variáveis que sustentem as lacunas apresentados neste e em outros trabalhos limitados pela localidade. Nesse caso, trata-se de avançar na abordagem interseccional como ferramenta heurística, de fato, que possa ser acionada por essas lideranças e nos espaços de governança. Pelo caminho desta pesquisa, aponta-se para estratégias de desenvolvimento local nos seguintes eixos: (1) ampliação da conectividade territorial com pontos públicos de acesso e ações de redução do custeio necessário para conexão e sua manutenção; (2) enfrentamento dos hiatos de acesso e uso das TIC, de modo a possibilitar que as mulheres quilombolas consigam articular-se digitalmente para organização coletiva e mudanças da ordem da melhoria da infraestrutura comunitária.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES FILHO, A.; DIMENSTEIN, M.; BELARMINO, V. H.; LEITE, J. F.; DANTAS, C.; MACEDO, J. P. Efeitos da gestão do "Bolsa Família" no cotidiano de mulheres quilombolas rurais. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, [*S. l.*], v. 20, n. 30, p. 1132-1140, 2020. DOI: https://doi.org/10.17652/rpot/2020.3.19331

BARIZÃO, D.; BRAZ, E. T.; BIGAI, F.; JUNQUEIRA, K.; BLANCO, M. C.; NOBRE, M.; PONTES, N.; RIZZI, R.; FRANÇA, V. *Mulheres quilombolas*: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas. São Paulo: Associação Paulista de Extensão Rural; Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista; Sementeia; SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro_Mulheres-quilombolas.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

CARDOSO, J. S. M. *Literacia digital e mulheres rurais*: questões para além do acesso às TIC. 2023. 118p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2023. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/31561/1/texto%20completo.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

COLLINS, P. H. *Bem mais que ideias*: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

DEALDINA, S. S. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, S. S. (Org.). *Mulheres quilombolas*: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. p. 25-44.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Certificação Quilombola. *Gov.br*, Brasília, 11 nov. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola. Acesso em: 12 fev. 2025.

FERREIRA, M. R. D. S.; EITERER, C. L.; MIRANDA, S. A. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 28, n. 3, e63121, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121

GIRARDI, I.; CAMANA, A.; LOOSE, E. B. Extensão e comunicação: um debate sobre desenvolvimento. *In*: BRACAGIOLI NETO, A.; CHARÃO-MARQUES, F. (Org.). *Extensão Rural*: trajetórias e desafios. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 63-84. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/268201. Acesso em: 12 fev. 2025.

GOMES, F. S. *Mocambos e Quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo Afro Latino Americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*: Quilombolas – Primeiros resultados do universo – Segunda apuração. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. S. C. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Natal, v. 23, jan./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt

NASCIMENTO, B. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, A. S.; MAGALHÃES, L. A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 27, e210788, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.210788

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROTONDI, V.; KASHYAP, R.; PENSANDO, L. M.; BILLARI, F. Desigualdade digital de gênero na América Latina e Caribe. *Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA*, [*S. l.*], 2020. Disponível em: https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, M. N. S. TERRITÓRIO: uma revisão teórico-conceitual. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, v. 1, n. 1, p. 49-76, 2015. DOI: DOI: https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v1n1p49-76

SOARES, M. R. P. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 522-531, set. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280

SOARES, M. R. P. Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. *Revista Praia Vermelha*¸ Dossiê Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências contraa mercantilização da vida, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 272-298, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/32939/21346. Acesso em: 12 fev. 2025.

SOUZA, M. F. P.; SILVA, W. L. A.; COSTA, L. P. Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e política pública: reflexões sobre um 'caso particular do possível' das mulheres quilombolas em uma

comunidade na região norte-rio-grandense. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1057-1071, 2019. DOI: https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.2033

TIC Domicílios 2023 – Coletiva de Imprensa. *CETIC.Br*, São Paulo, 16 nov. 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2023_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

Sobre as autoras:

Isadora Moreira Ribeiro: Pós-doutora pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Extensão Rural pela UFV. Mestra em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). **E-mail:** isadora.moreiraribeiro@gmail.com, **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-2622-4059

Ivonete da Silva Lopes: Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Comunicação pela UFF. Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV). **E-mail:** ivonetelopes@ufv.br, **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5162-4719

Daniela de Ulysséa Leal: Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestra em Extensão Rural pela UFV. MBA em Marketing Estratégico pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Comunicação Social. **E-mail:** ulysssealeal@gmail.com, **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-7865-3296

Editores Avaliadores do artigo: Thaisa Pase Machado e Carlos Antonio da Silva Carvalho
Editores-chefes responsáveis pelo artigo: Arlinda Cantero Dorsa e George Henrique de Moura Cunha

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.